

Senhores Acionistas.

A Administração da Dtcom Direct to Company S/A tem a satisfação de submeter à vossa apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas dos relatórios dos Auditores Independentes, referentes ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2015.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Dtcom Direct to Company S/A ("Dtcom" ou "Companhia"), é uma sociedade de capital aberto, com sede em Quatro Barras, Paraná e está registrada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA) sob o código DTCY3.

A Companhia tem por objeto social: a) prestar e executar servicos de telecomunicações e de radiodifusão de qualquer natureza, em todo o território nacional, mediante autorização, concessão e/ou permissão do Governo Federal, englobando os serviços de comunicação através de quaisquer plataformas tecnológicas de transmissão existentes e/ou que venham a ser criadas e desenvolvidas; b) prestar serviços de transporte de imagens, voz, áudio, vídeo, dados e Internet em alta velocidade; c) promover, através da utilização de satélites e sistemas de apoio, o treinamento, a atualização e a reciclagem profissional de mão de obra; d) promover, através da utilização de satélites e sistemas de apoio, a educação continuada a longa distância em todas as áreas do conhecimento e em todos os níveis de instrução; e) distribuir e comercializar sinais de canais de televisão por assinatura, próprios ou de terceiros; f) prestar serviços de educação continuada ou permanente à distância; g) prestar serviços de cursos de extensão e treinamento gerencial e profissional; h) promover e organizar seminários, congressos, simpósios e afins; i) criar, produzir, fornecer e comercializar programas, produtos e programação audiovisuais, bem como todo tipo de material de apoio na modalidade a distância; j) veicular propaganda e publicidade em todas as suas formas e modalidades, nos canais DTCom; k) prestar serviços de assessoria e consultoria relativos aos objetos definidos neste Estatuto, inclusive e-learning e ensino a distância; I) desenvolver sistemas de automação industrial e de escritórios; m) prestar servicos de processamento de dados; n) comercializar equipamentos e softwares; o) participar no capital de outras Sociedades; p) prestar serviços de implantação e operação de sistemas de vídeo conferência, integradas à plataforma de satélite.



A Dtcom é a melhor empresa de soluções de conhecimento corporativo do mercado brasileiro, porque têm plataformas integradas de Comunicação, TV Corporativa e de Educação Corporativa com metodologia e conteúdos diferenciados.

Dada sua vasta gama de soluções, a Companhia detém um grande diferencial de mercado, que é a capacidade de elaborar e desenvolver projetos complexos e de larga escala para atender as necessidades de comunicação e capacitação do mercado corporativo.

Ao longo da sua história a Companhia conseguiu desenvolver projetos de grande referência no mercado, sendo premiada diversas vezes, pela qualidade na entrega dos serviços e na complexidade da solução proposta.



Entre seu arcabouço de soluções, a Companhia busca posicionar-se no mercado ofertando duas soluções distintas:

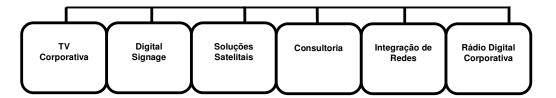
Conheça as Soluções Dtcom:

DtcomSat - Comunicação Corporativa que aproxima as pessoas

Solução completa de implantação e operação para comunicação corporativa via satélite, com serviços ágeis e customizados para a gestão de canais, produção de conteúdo e integração de redes.







A imagem acima dá a percepção da variedade de serviços que a Companhia pode desenvolver, sendo utiliza-se de estrutura tecnológica própria, que permite maior competitividade e flexibilidade na prestação dos serviços.

DtcomWeb - Conhecimento que gera resultado

Solução completa de Educação Corporativa a Distância online, que integra tecnologia, conteúdos, consultoria e gestão de capacitação para o efetivo desenvolvimento das competências organizacionais.



Com a solução DtcomWeb a Companhia consegue atuar em várias vertentes de capacitação de seus clientes, desde a identificação das necessidades de capacitação, até o monitoramento do ROI sobre treinamento.

Nesta esteira, a Companhia procura segmentar alguns nichos de mercado, de forma a adaptar suas soluções às necessidades específicas destes clientes. Destaca-se aqui os projetos DtcomEdu, que trata de pacote de serviços/conteúdos voltado às atividades complementares das instituições de ensino.



Historicamente a Companhia baseou-se no modelo de comunicação e capacitação à distância baseada na integração de soluções de satélite e internet. Este modelo de negócio balizava não só a estruturação dos projetos, como também definia o posicionamento de mercado da Companhia.

A partir de 2013 a Companhia identificou a necessidade de segregação de suas plataformas e direcionamento das mesmas para público e necessidades específicas. Assim, a solução DtcomSat foi direcionada ao mercado de comunicação corporativa, enquanto a solução DtcomWeb ao mercado de educação corporativa.

Esta segregação foi fundamental para percepção mais clara do mercado com relação às ofertas da Companhia, como também corroborou para segregação da cadeia produtiva e força de vendas.

Consequentemente, tais soluções foram tratadas como verticais distintas de negócios, cada uma tendo suas métricas e desafios de alavancagem. A Companhia estima que o projeto **DtcomSat**, pelas suas características, tenha uma curva de crescimento mais branda, porém em compensação, os projetos tendem a ter um ticket médio mais vultuoso. Já o projeto **DtcomWeb** tem a característica de ter uma curva de crescimento mais exponencial, com soluções mais enxutas.

Ao analisar o perfil da carteira de clientes da Companhia, percebe-se que a plataforma DtcomSat possue maior participação no volume de receita, contudo, dado ao novo direcionamento comercial, percebe-se uma sutil mudança do perfil.

Volume de Vendas	30.09.2015	30.09.2014	30.09.2013	30.09.2012
Transmissão de sinal via satélite	2.781 8.743	3.203 6.979	3.256 6.478	3.679
Prestação de serviços Receita Bruta	11.524	10.182	9.734	9.728

Identificou-se um aumento do nível de receita bruta em torno de 13% (treze por cento), se comparado ao trimestre anterior, passando de 10.182 em 2014 para R\$ 11.524 em 2015. A Companhia considera desempenho deste trimestre como positivo face os desafios que o ano de 2015 impôs ao mercado, com o aumento da inflação e a alta do dólar, e, consequente desvalorização da nossa moeda, o Real, o que inevitavelmente comprometem o desenrolar dos negócios.



O desempenho financeiro deste trimestre reflete um cenário já previsto pela Administração, visto o cenário econômico brasileiro, marcado por instabilidades e incertezas, os indicadores macroeconômicos demonstraram queda significativa no volume de investimentos e estagnação da economia.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As políticas contábeis e métodos de mensuração adotados na elaboração das demonstrações financeiras individuais não sofreram alterações em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

As demonstrações financeiras da Companhia para o trimestre findo em 30 de setembro 2015 foram preparadas de acordo com o International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e Lei nº 12.973, de 15 de maio de 2014.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTABEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações financeiras e seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e considera:

- Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos;
- Os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor justo ou de realização, quando aplicável;



- A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização; e
- Quando aplicável, os valores relativos aos saldos mantidos junto a clientes, fornecedores e empréstimos, são ajustados a valor presente conforme determinado pelo C.P.C. nº 12 ("Ajuste Valor Presente").

b. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

c. Ativos circulante e não circulante

• Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos e, quando aplicável, são ajustados a valor presente.

Imobilizado

O Imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou formação, acrescidos de reavaliações espontâneas procedidas e registradas em 30 de setembro de 2003 e 28 de dezembro de 2007 e os ajustes de avaliação patrimonial ao novo custo atribuído com efeitos a partir de 1º.01.2010. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº. 6 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. A Companhia, com base no Pronunciamento Técnico CPC 01, realiza estudos, no mínimo anualmente, para estimar o valor recuperável de seu ativo imobilizado (*Impairment test*).

A partir de 1º.01.2008 foi eliminada a possibilidade de registro de novas reservas de reavaliação para as sociedades por ações. A Companhia optou por manter os saldos decorrentes das avaliações, pautadas nos estudos de recuperação do seu ativo imobilizado.



Intangível

O Intangível é registrado ao custo de aquisição, acrescidos de reavaliações espontâneas procedidas e registradas em 30 de setembro de 2003 e 28 de dezembro de 2007 e os ajustes de avaliação patrimonial ao novo custo atribuído com efeitos a partir de 1º.01.2010. A amortização é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº. 7 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. A Companhia, com base no Pronunciamento Técnico CPC 01, realiza estudos, no mínimo anualmente, para estimar o valor recuperável de seu ativo intangível (*Impairment test*).

Bens e direitos intangíveis antes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e que atendem os requisitos específicos do Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível, aprovado pela Deliberação CVM 553, foram reclassificados do grupo de contas do ativo imobilizado foram segregados dos tangíveis, ficando classificado em imobilizado, diferido e intangível.

Demais ativos circulantes e n\u00e3o circulantes

São apresentados pelo valor líquido de realização. Itens de ativo e passivo provenientes de operações de longo prazo, bem como operações relevantes de curto prazo, serão ajustados a valor presente, de acordo com as normas internacionais de contabilidade.

d. Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

e. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.



f. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

g. Provisão para perdas na realização de créditos

Foram constituídas com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes.

h. Instrumentos financeiros

Todos os demais instrumentos financeiros devem ser avaliados pelo seu custo atualizado ou ajustado de acordo com o provável valor de realização, se este for inferior.

i. Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41.

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os direitos reconhecidos no Circulante, Contas a Receber, decorrem na operação ordinária da Companhia, de acordo com seu fluxo financeiro de recebimentos.

Em média, a Companhia pratica prazo médio de 20 (vinte) dias corridos, entre a data do faturamento e efetivo recebimento. A Companhia está empregando esforços para reduzir tal prazo para a meta de 15 (quinze) dias corridos, no intuito de ajustar melhor seu fluxo financeiro.



Em 30 de setembro de 2015 a posição de clientes com faturas em aberto era de R\$ 1.351 (R\$ 1.259 em 31 de dezembro de 2014).

Clientes	30.09.2015	31.12.2014
Públicos	1.457	1.223
Privados	1.067	1.118
(-) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.173)	(1.082)
	1.351	1.259

A provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas. Como critério para constituição da PCLD, a Companhia provisiona 100% dos valores vencidos há mais de 180 dias.

A constituição da provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa sobre títulos vencidos por prazo está demonstrada a seguir:

Vencimento do contas a receber bruto	30.09.2015	31.12.2014
A Vencer	227	1.056
Vencido com atraso de:		
01 a 30 dias	854	115
31 a 60 dias	153	61
61 a 90 dias	4	8
Mais de 90 dias	1.286	1.101
	2.524	2.341

Do montante total constituído, R\$ 875 estão sendo objeto de discussão judicial.



5. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES – ATIVO E PASSIVO

	30.09.2015	31.12.2014
Ativo - a recuperar:		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	329	378
INSS a compensar	121	112
Outros	277_	221
	727	711
Passivo - a recolher:		
Impostos federais, estaduais e municipais	4.768	4.030
(-) Parcela classificada no circulante (incluindo parcelamento	(2.966)	(2.771)
Parcela classificada no não circulante (incluindo parcelamento	s) 1.802	1.259

A Companhia possui uma criteriosa análise tributária, com foco no aproveitamento de possíveis créditos fiscais. Em razão do resultado econômico apurado no último exercício, a Companhia reconhece os valores de imposto de renda e contribuição a compensar fruto das retenções na fonte ocorridas durante os exercícios de 2015, 2014, 2013, 2012, 2011 e de 2010. Tais créditos são utilizados para compensar os custos com impostos federais incorridos no exercício seguinte, tendo impacto direto no fluxo financeiro da Companhia.

Como estratégia de reduzir o impacto dos custos de curto prazo no fluxo financeiro, a Companhia busca identificar oportunidades de parcelamento de impostos e contribuições, que sejam mais vantajosas em termo de prazo, custos e amortização. Elencamos abaixo algumas medidas adotadas para adequar os compromissos:

Com o advento da Lei nº 11.941/09, que instituiu novo parcelamento federal intitulado REFIS IV e tendo em vista as condições favoráveis deste, a Companhia optou por reparcelar os seus débitos federais, que se encontravam já parcelados em programas anteriores. A adesão deu-se através de programa disponibilizado, no sítio da Receita Federal do Brasil cujo parcelamento foi estabelecido em 180 meses com redução de 60% da multa, 25% dos juros e 100% dos encargos legais, nos termos que lhe garante o artigo 1º, da Lei nº 11.941/09, e artigos 15 e 17, da Portaria Conjunta da PGFN/RFB nº 06/09. Na data de 28.07.2011, a Companhia concluiu a Consolidação do Parcelamento de Saldo Remanescente do Programa Refis da Lei nº 11.941/2009, efetuando o parcelamento em 19 e 40 parcelas.



Em maio de 2010 a Companhia aderiu ao parcelamento estadual junto a Secretaria de Estado e Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, efetuando parcelamento em 60 meses, conforme previsto na Lei Estadual nº 5.647/2010.

Em 2014 a Companhia identificou importante oportunidade de liquidação de grande parte do saldo devedor dos seus compromissos tributários federais. Tal oportunidade decorreu da Medida Provisória n. 651/2014, art. 33:

"Art. 33. O contribuinte com parcelamento que contenha débitos de natureza tributária, vencidos até 31 de dezembro de 2013, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB ou a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN poderá, mediante requerimento, utilizar créditos próprios de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da CSLL, apurados até 31 de dezembro de 2013 e declarados até 30 de junho de 2014, para a quitação antecipada dos débitos parcelados".

Através de um minucioso planejamento tributário, a Companhia identificou oportunidade de aderir a tal programa, tendo impacto significativo em suas demonstrações e na própria redução do passivo.

Impostos e Contribuições a recolher	31.12.2014
Saldo Operacional	6.437
Medida Provisória n. 651/14	2.407
. Pagamento 30% em espécie	722
. Compensação Prej Fiscais	1.685
Saldo Final	4.030
% Redução Passivo	-37%

DEMONSTRATIVO DE PREJUÍZO FISCAL E/OU BASE DE CÁLCULO NEGATIVA DA CSLL							
Cedente	Origem	mo	lor do ntante icitado	Percentual		lo crédito pondente	
0 (11	Prejuízo Fiscal	R\$	4.955	25%	R\$	1.239	
Crédito Próprio	Base de Cálculo Negativa da CSLL	R\$	4.955	9%	R\$	446	
тс	TAL	R\$	4.955		R\$	1.685	



6. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação	Custo de aquisição	Reavaliação	Ajustes de Avaliação Patrimonial	30.09.2015	31.12.2014
Terrenos		154	175	601	930	930
Edificações	2% e 10%	792	189	186	1.167	1.167
Móveis e utensílios	10%	581	160	168	909	858
Equipamentos de som e imagem	10%	3.448	3.756	1.471	8.675	8.427
Equipamentos de recepção e transmissão	10%	6.750	2.489	1.859	11.098	9.398
Equipamentos de informática	10%	1.140	1.096	127	2.363	2.317
Veículos	10%	34		1	35	35
Outros itens		258	29	23	310	305
					25.487	23.437
(-) Depreciação acumulada					(17.588)	(16.831)
					7.899	6.606

A Companhia aferiu um leve acréscimo 9% (nove por cento) do saldo do imobilizado a custo de aquisição, se comparado com exercício anterior, esse incremento é fruto do plano de investimento para o período de 2014/2015.

Os grupos mais impactados no comparativo foram os de equipamentos de recepção e transmissão, com acréscimo nominal de R\$ 1.700, incremento de 18% sobre 2014.

O plano de investimento para o grupo imobilizado prevê recursos de aproximadamente R\$ 2 milhões de reais, intensivos em equipamentos de transmissão e na cadeia de exibição de sinal de satélite. Parte mais significa deste plano será executada no exercício seguinte.

Referido plano tem o objetivo de aumentar a capacidade produtiva da Companhia, além de incorporar novas tecnologias, com foco na alavancagem do negócio.



a. Movimentação do Imobilizado

	31.12.2014			30.09.2015
Custo	Custo	Adições	Baixas	Custo
Terrenos	154			154
Edificações	792			792
Móveis e utensílios	530	51		581
Equipamentos de som e imagem	3.200	248		3.448
Equipamentos de recepção e transmissão	5.050	1.700		6.750
Equipamentos de informática	1.094	46		1.140
Veículos	34			34
Outros itens	253	5		258
Depreciação	31.12.2014	Adições	Baixas	30.09.2015
Edificações	(365)	(13)		(378)
Móveis e utensílios	(416)	(22)		(438)
Equipamentos de som e imagem	(2.861)	(50)		(2.911)
Equipamentos de recepção e transmissão	(2.877)	(363)		(3.240)
Equipamentos de informática	(941)	(21)		(962)
Veículos	(15)	(2)		(17)
Outros itens	(245)	(1)		(246)

b. Movimentação da Reavaliação

	31.12.2014			30.09.2015
Custo Reavaliação	Custo	Adições	Baixas	Custo
Terrenos	175			175
Edificações	189			189
Móveis e utensílios	160			160
Equipamentos de som e imagem	3.756			3.756
Equipamentos de recepção e transmissão	2.489			2.489
Equipamentos de informática	1.096			1.096
Outros itens	29			29
Depreciação Reavaliação	31.12.2014	Adições	Baixas	30.09.2015
Edificações	(100)	(4)		(104)
Móveis e utensílios	(156)	(1)		(157)
Equipamentos de som e imagem	(3.758)			(3.758)
Equipamentos de recepção e transmissão	(2.482)	(3)		(2.485)
Equipamentos de informática	(1.104)			(1.104)
Outros itens	(28)			(28)



c. Movimentação de Ajustes de Avaliação Patrimonial

	31.12.2014			30.09.2015
Custo Ajustes de Avaliação Patrimonial	Custo	Adições	Baixas	Custo
Terrenos	601			601
Edificações	186			186
Móveis e utensílios	168			168
Equipamentos de som e imagem	1.471			1.471
Equipamentos de recepção e transmissão	1.859			1.859
Equipamentos de informática	127			127
Veículos	1			1
Outros itens	23			23
Depreciação Ajustes de Avaliação Patrimonial	31.12.2014	Adições	Baixas	30.09.2015
Edificações	(24)	(4)		(28)
Móveis e utensílios	(67)	(13)		(80)
Equipamentos de som e imagem	(588)	(110)		(698)
Equipamentos de recepção e transmissão	(744)	(139)		(883)
Equipamentos de informática	(51)	(9)		(60)
Outros itens	(9)	(2)		(11)

d. Imobilizado totalmente depreciado em operação

Custo / Reavaliação / Ajustes de Avaliação Patrimonial	30.09.2015	31.12.2014
Edificações	34	20
Móveis e utensílios	396	387
Equipamentos de som e imagem	6.406	6.406
Equipamentos de recepção e transmissão	3.899	3.892
Equipamentos de informática	1.984	1.928
Outros itens	265	262

A Companhia procedeu à reavaliação dos bens do ativo imobilizado, suportada por laudo de empresa especializada legalmente habilitada, conforme 13ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2003. O registro da reavaliação foi efetuado nos termos dos artigos 182 § 3º e 178 § 2º da Lei nº 6.404/76.



No exercício de 2007 a Companhia reavaliou seus ativos imobilizado e intangível. A reavaliação está suportada por trabalho realizado por perito legalmente habilitado, e consequente laudo de avaliação. O registro da reavaliação foi efetuado nos termos dos artigos 182 § 3º e 178 § 2º da Lei nº 6.404/76, incluindo a provisão dos efeitos fiscais equivalentes, bem como aprovado na 16 ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de dezembro de 2007. Ato contínuo, em observação ao item 44 da Deliberação CVM 183/95, a Companhia visou resguardar o valor recuperável dos seus ativos, alinhando-se, inclusive ao que dispõe a Lei nº 11.638/07, com relação ao *impairment*, e ao Pronunciamento Técnico CPC 01, a Administração solicitou revisão dos procedimentos de avaliação, obtendo uma redução em relação aos montantes apresentados anteriormente. Essa foi aprovada na 44º Reunião do Conselho de Administração, de 29 de abril de 2008, para ser posteriormente retificada em nova AGE.

A Companhia tomou a decisão de manter os saldos da reavaliação efetuado nos termos dos artigos 182 § 3° e 178 § 2° da Lei n° 6.404/76, até a sua efetiva realização, alinhando-se ao que dispõe a Lei n° 11.638/07 e Instrução CVM n° 469/08.

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis dos ativos imobilizados, para determinar se estes ativos sofreram perdas por "impairment". Estes testes são realizados, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Os ativos imobilizados (custo corrigido/reavaliado) não apresentam indícios externos e/ou internos de não realização futura.

Em atendimento ao CPC 27 – Ativo Imobilizado e a ICPC 10, no exercício de 2010 a Companhia contratou uma empresa especializada que realizou um estudo técnico para apuração da vida útil remanescente do ativo imobilizado e intangível e consequente definição das novas taxas de depreciação/amortização a serem aplicadas a partir de 1º.01.2010, que impactaram positivamente no resultado da Companhia, no exercício de 2010, na ordem de R\$ 1.073. Este Laudo foi aprovado na 53ª Reunião do Conselho de Administração realizada em 28.03.2011.

De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 10, aprovada pela Deliberação CVM nº 619 de 22.12.2009, a Companhia, em conexão com o estudo técnico de revisão da vida útil, identificou bens patrimoniais ainda em operação gerando benefícios econômicos para a entidade, com valor contábil inferior ao valor justo, ou mesmo com valor igual a zero.



7. INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização		Reavaliação	Ajustes de Avaliação Patrimonial	30.09.2015	31.12.2014
Software	10%	868	270	285	1.423	1.369
Programa ensino site	20%	250	270	200	250	250
Acervo Técnico	10%	4.194	111	836	5.141	5.080
Gastos com desenvolvimento de projetos	10%	624			624	624
Gastos administrativos e divulgação	5%	1.273			1.273	1.273
Outros itens		52			52	52
Intangível em andamento		1.511			1.511	985
					10.274	9.633
(-) Amortização acumulada					(4.945)	(4.471)
					5.329	5.162

A Companhia adota o modelo de geração continuada de conteúdos educacionais, que são utilizados para promover as ações de capacitação para toda base de clientes. Para que isto ocorra, a Companhia mantém estrutura ativa de produção de cursos, de acordo com os temas e anseios mais relevantes do mercado corporativo.

Neste sentido, a cada ano, a Companhia produz dezenas de cursos inéditos, que comporão o Acervo Técnico, os quais são registrados pelo custo de produção.

Outra importante movimentação a ser destaca refere-se aos gastos com concessão, os quais referiam-se basicamente à exploração do serviço de transmissão de sinais de televisão e de áudio por assinatura via satélite (DTH) no território nacional, por Banda KU, através de licitação específica, efetivada pela Agência Nacional de Telecomunicações — ANATEL, conforme ato nº. 488 de 10 de julho de 1998, conforme licença para funcionamento de estação nº. 000001/2013-PR, emitida em 20 de agosto de 2013 vigente por tempo indeterminado.

O modelo de negócio da Companhia baseia-se na oferta de soluções de comunicação e capacitação ao mercado corporativo, como explicitado nas Informações Gerais, item 1, destas Notas Explicativas. Fruto deste modelo, identifica-se que a Companhia possui carteira seleta de clientes corporativos, cujo intuito é a disponibilização de conteúdo educacionais e/ou institucionais.



Neste aspecto identificou-se que a modalidade de licença de exploração do serviço de transmissão de sinais de televisão e de áudio por assinatura via satélite (DTH) não era compatível com o modelo de negócio ofertado pela Companhia.

Dessa forma, através de um alinhamento com a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, a Companhia optou pela substituição da sua licença de operação, mediante publicação do Ato Nº 5682 em 04/06/2014 no qual a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL expediu autorização à DTCOM DIRECT TO COMPANY S/A, para explorar o Serviço Limitado Privado – SLP, de interesse restrito, em âmbito nacional e internacional, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação do serviço todo território nacional.

A DTCOM, portanto, solicitou a substituição em suas operações da atual licença Direct to Home – DTH, nº 000001/2013-PR pela licença Serviço Limitado Privado – SLP.

Em 11 de novembro de 2014 através do ATO N.º 8966 o Superintendente de Outorga e Recursos à Prestação – Anatel, declarou extinta, por renúncia, a partir de 5 de agosto de 2014, a autorização outorgada à DTCOM DIRECT TO COMPANY S/A, por intermédio do Ato nº 488, de 10 de julho de 1998, publicado no Diário Oficial da União de 13 de julho de 1998, para explorar o Serviço de DTH, de interesse coletivo, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Com a introdução do Serviço de Acesso condicionado — SeAC, que, por definição é "serviço de telecomunicações de interesse coletivo, prestado no regime privado, cuja recepção é condicionada à contratação remunerada por assinantes e destinado à distribuição de conteúdos audiovisuais na forma de pacotes, de canais de programação nas modalidades avulsa de programação e avulsa de conteúdo programado e de canais de programação de distribuição obrigatória, por meio de tecnologias, processos, meios eletrônicos e protocolos de comunicação quaisquer", introduzido em 12 de setembro de 2011 e regulamentado em 26 de março de 2012, a ANATEL estabeleceu novas condições de exploração e fruição de diversas modalidades de outorga, inclusive a DTH.

Este novo regramento normativo reduziu significativamente o custo de aquisição das novas licenças, para obter outorga de uma Licença DTH, por exemplo, o custo incorrido atualmente será de R\$ 9.000,00 (Nove mil reais). A perda de valor do referido ativo, atrelada à necessidade de adequação do modelo de negócio, fizeram com que a Companhia optasse pela substituição das licenças.



a. Movimentação do Intangível

	31.12.2014			30.09.2015
Custo	Custo	Adições	Baixas	Custo
Software	814	54		868
Programa ensino site	250			250
Acervo Técnico	4.133	61		4.194
Gastos com desenvolvimento de projetos	624			624
Gastos administrativos e divulgação	1.273			1.273
Outros itens	52			52
Intangível em andamento	985	526		1.511
Amortização	31.12.2014	Adições	Baixas	30.09.2015
Software	(675)	(20)		(695)
Acervo Técnico	(1.615)	(262)		(1.877)

Acervo Técnico	(1.615)	(262)	(1.877)
Gastos com desenvolvimento de projetos	(484)	(47)	(531)
Gastos administrativos e divulgação	(891)	(48)	(939)
Outros itens	(4)		(4)

b. Movimentação da Reavaliação

	31.12.2014			30.09.2015
Custo Reavaliação	Custo	Adições	Baixas	Custo
Software	270			270
Acervo Técnico	111			111
Amortização da Reavaliação	31.12.2014	Adições	Baixas	30.09.2015
Software	(256)	(4)		(260)
Acervo Técnico	(99)	(8)		(107)

c. Movimentação de Ajustes de Avaliação Patrimonial

	31.12.2014			30.09.2015
Custo Ajustes de Avaliação Patrimonial	Custo	Adições	Baixas	Custo
Software	285			285
Acervo Técnico	836			836
Amortização Ajustes de Avaliação Patrimonial	31.12.2014	Adições	Baixas	30.09.2015
Software	(113)	(22)		(135)
Acervo Técnico	(334)	(63)		(397)
Acervo Técnico	(334)	(63)		(397)



d. Intangível totalmente amortizado em operação

Custo / Reavaliação / Ajustes de Avaliação Patrimonial	30.09.2015	31.12.2014
Software	804	804
Gastos administrativos e divulgação	4	4
Acervo Técnico	689	651

Da mesma forma que a Companhia reavaliou seus ativos tangíveis, foi realizada a reavaliação de seus bens intangíveis que foram aprovados da mesma forma descrita na nota 6.

Os softwares referem-se a licenças adquiridas para utilização no parque tecnológico e setor administrativo.

Os gastos pré-operacionais administrativos e com divulgação, referem-se a gastos pré-operacionais de investimentos de imagem e remodelagem de produtos, incorridos até 30 de novembro de 2000.

Conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível, aprovado pela Deliberação CVM nº 553/08, foram elaborados os estudos econômicos de projeções de longo prazo demonstrando a ocorrência de benefícios futuros atribuíveis aos ativos da Companhia, incluindo os intangíveis.

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis dos ativos intangíveis, para determinar se estes ativos sofreram perdas por "impairment". Estes testes são realizados, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Os ativos intangíveis (custo corrigido/reavaliado) não apresentam indícios externos e/ou internos de não realização futura.



8. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Taxa de juros		30.09.2	2015	31.12.2	2014
Instituição	anuais (%)	Vencimentos	Curto	Longo	Curto	Longo
			prazo	prazo	prazo	prazo
Empréstimos						
BIC Banco	CDI + 7,80	21/07/2015			441	
Banco ABC Brasil S.A. № 3395714	CDI + 6,00	30/09/2017			676	1.351
Banco ABC Brasil S.A. № 3500414	CDI + 6,00	13/11/2017			634	1.268
Banco ABC Brasil S.A. № 3748115	CDI + 6,00	08/06/2018	2.174	3.804		
<u>Financiamentos</u>						
Contrato BNDES	11,76	13/01/2019	66	155		
			2.240	3.959	1.751	2.619

São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços.

A Companhia submeteu à aprovação do Conselho de Administração proposta de captação de recursos financeiros para: a) financiamento do plano de investimentos 2014/2015; b) viabilizar a adesão à Medida Provisória n. 651/2014, art. 33, a qual exigia pagamento antecipado de 30% da dívida; c) reforço do fluxo de caixa.

a) Cronograma de Pagamentos

Em 30 de setembro de 2015, a amortização do principal apresentava os seguintes vencimentos:



Instituição	Vencimentos	Consolidado
Empréstimos		
Banco ABC Brasil S.A.	2015	543
	2016	2.174
	2017	2.174
	2018	1.087
		5.978
Financiamentos		
Contrato BNDES	2015	17
	2016	66
	2017	66
	2018	66
	2019	6
		221

O cronograma de pagamentos dos empréstimos bancários está perfeitamente ajustado ao fluxo financeiro da Companhia.

9. FORNECEDORES

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

A Companhia adota política de parceria com seus fornecedores, estabelecendo relacionamentos de longo prazo, o que permite melhorar a qualidade dos serviços / produtos, bem como obter ganho de escala. Para tal a Dtcom adota política de transparência, quanto à prestação de serviços e pagamentos de suas obrigações, ajustando o fluxo de forma que seja benéfico para toda cadeia produtiva.

Não é à toa que a Companhia conta com parcerias de mais de 10 anos, fruto de relacionamento estreito e respeitoso.

Atualmente o prazo médio de pagamento é de 22 dias, o que encaixa perfeitamente ao fluxo financeiro de suas operações.



10. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Conforme Fato Relevante enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) na data de 26.07.2011, os acionistas Ouro Verde Investimentos e Participações S/A, Palmital Serviços Técnicos e Participações Ltda, RIC Empreendimentos e Consultoria S/A, Augustus Administração S/A, F Mota Administração e Empreendimentos S/A e Sr. Mário José Gonzaga Petrelli celebraram com a Companhia, Instrumento Particular de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital no valor de R\$ 1.171.667,00 (Um milhão, cento e setenta e um mil, seiscentos e sessenta e sete reais), sendo integralizado em 5 (cinco) parcelas. O futuro aumento de capital será oportunamente deliberado, em consonância com a legislação em vigor.

O Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) destina-se à redução do endividamento da Companhia à curto prazo. Obrigando-se o acionista, em caráter irrevogável e irretratável, a subscrever o AFAC, a ser realizado mediante subscrição pública ou privada de ações ordinárias de emissão da Companhia, e utilizar o AFAC na integralização das Ações.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia apresenta prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social, os quais são imprescritíveis, tendo apenas sua compensação limitada a 30% da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social devidos em cada exercício.

Foram registrados créditos tributários sobre prejuízos fiscais até o limite de R\$ 33 (R\$ 39 em 31 de dezembro de 2014), que corresponde ao total de imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre a reserva de reavaliação, registrados no passivo não circulante.

Como a realização do crédito potencial remanescente depende de eventos futuros, observada a Deliberação CVM nº. 371, não foram registrados os créditos tributários diferidos sobre os prejuízos fiscais em função da inexistência de histórico de rentabilidade, conforme preconizado na referida instrução. Este crédito tributário potencial, conservadoramente não reconhecido, em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 é assim resumido:



	30.09.2 Imposto Co		Total	31.12.2 Imposto Co		Total
	de renda	social		de renda	social	
Base negativa de contribuição social		47.341			45.782	
Prejuízo fiscal de imposto de renda	47.341			45.782		
Base de cálculo	47.341	47.341		45.782	45.782	
Alíquota	25%	9%		25%	9%	
Crédito tributário potencial	11.835	4.261	16.096	11.446	4.120	15.566
(-) Crédito tributário registrado	(24)	(9)	(33)	(29)	(10)	(39)
Crédito tributário potencial não registrado	11.811	4.252	16.063	11.417	4.110	15.527

12. PATRIMONIO LÍQUIDO

a. Capital social

O capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 54.110 mil (idem em 31 de dezembro de 2014), e está representado por 52.884.310 (idem em 31 de dezembro de 2014) ações ordinárias e 3.247.500 ações preferenciais, sem valor nominal, nominativas não endossáveis.

b. Reserva de reavaliação

Constituída em decorrência da reavaliação de bens do ativo imobilizado, e com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. O imposto de renda e a contribuição social estão classificados no passivo não circulante.

A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra prejuízos acumulados, líquida dos encargos tributários.

c. Destinação dos lucros

Do resultado apurado em cada exercício serão deduzidos antes de qualquer outra destinação, os prejuízos acumulados e a provisão para imposto de renda. Do lucro líquido do exercício (se aplicável) conforme determinado no artigo 191 da Lei nº 6.404/76, 5% serão aplicados na reserva legal, que não excederá 20% do capital social. Serão garantidos aos acionistas, após feitas as devidas deduções e destinações, um dividendo mínimo obrigatório não inferior a 25%.



13. LUCRO POR AÇÃO

Lucro por ação

Em atendimento ao CPC 41, aprovado pela Deliberação CVM nº 636 - Resultado por Ação seguem abaixo as informações sobre o prejuízo por ação para os períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014.

O lucro por ação atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais dos controladores e não controladores foi calculado através da divisão do prejuízo líquido do exercício, pela quantidade de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

A tabela a seguir estabelece o cálculo do prejuízo por ação para os exercícios findos em 30 de setembro de 2015 e 2014:

	30.09.2015	30.09.2014
PREJUÍZO DO PERÍODO	(2.301)	(398)
Quantidade de ações ao final do período	56.132	56.132
Prejuízo por ação no final do período	(0,0410)	(0,0071)
	30.09.2015	30.09.2014
Prejuízo líquido atribuível a detentores de ações ordinárias - lucro básico e diluído por ação	(2.168)	(375)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias	52.884.310	52.884.310
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações em R\$	(0,0410)	(0,0071)
Prejuízo líquido atribuível a detentores de ações preferenciais - lucro básico e diluído por ação	(133)	(23)
Média ponderada da quantidade de ações preferenciais	3.247.500	3.247.500
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações em R\$	(0,0410)	(0,0071)

Em razão do prejuízo apurado relativo ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2015, não haverá distribuição de dividendos aos acionistas.



14. RECEITAS OPERACIONAIS

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

	30.09.2015	30.09.2014
Receitas		
. Transmissão de sinal via satélite	2.781	3.203
. Prestação de serviços	8.743	6.979
,		-
Total das Receitas Operacionais	11.524	10.182
Dedução das Receitas Operacionais		
. lcms	(278)	(320)
. Pis	(162)	(136)
. Cofins	(748)	(626)
. lss	(185)	(140)
. Cancelamento de Serviços	(4)	(38)
Total das deduções	(1.377)	(1.260)
Total das Receitas Operacionais, líquidas	10.147	8.922

No grupo receita de transmissão de sinal via satélite encontra-se todos os serviços relacionados à plataforma tecnológica de transmissão de conteúdo por satélite, serviços estes típico das soluções **DtcomSat**, onde são desenvolvidos projetos de comunicação corporativa, utilizando-se de tal plataforma.

No grupo receita de prestação de serviços engloba serviços não enquadrados no grupo anterior, neste sentido, incorpora serviços relacionados tanto à solução **DtcomSat**, quanto à solução **DtcomWeb**. A classificação do grupo de receita baseia-se na natureza da prestação de serviços.

A avaliação da Companhia quanto ao desempenho apurado é bastante satisfatória, a Companhia considera este desempenho como positivo, face os desafios que o ano de 2014 impôs ao mercado. Repleto de eventos, como Copa do Mundo e Eleições, que inevitavelmente comprometem o desenrolar dos negócios, vários projetos que estão previstos para ocorrer no referido período foram postergados.



Do ponto de vista dos seus componentes, percebe-se que há uma tendência de crescimento do grupo serviços (R\$ 8.743 em 2015 e R\$ 6.979 em 2014), fruto do esforço na Companhia em agregar valor à sua base de clientes. Tal resultado pode ser analisado também à luz dos esforços da Companhia na alavancagem da vertical de negócios DtcomWeb.

15. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

	30.09.2015	30.09.2014
Custos dos serviços prestados		
. Pessoal	2.077	1.393
. Energia elétrica	153	77
. Locação de satélite	1.419	1.046
. Instalação e manutenção de rede privada	271	257
. Produção de conteúdo/gravação	522	523
. Serviços de terceiros com transmissão	1.125	1.148
. Serviços de terceiros	589	593
. Cartão de Acesso Condicional		54
. Depreciações e amortizações	1.100	952
. Outros custos	23	62
Total dos custos dos serviços prestados	7.279	6.105

Os custos dos serviços prestados foram pressionados pela instabilidade econômica, principalmente quanto aos indicadores de inflação do período. Nesta percepção identifica-se um aumento generalizado em todos os componentes de custos.

Paralelamente a Companhia continua investindo na cadeia produtiva, no intuito de aumentar sua capacidade de produção, bem como adequar seus padrões de qualidade às expectativas de mercado, neste sentido percebe-se alguns grupos que tiveram elevação acima da média geral, como folha de pagamento, neste aspecto a Companhia investiu no aumento do quadro de colaboradores e na qualificação dos mesmos.

Outro componente que merece destaque são os serviços de terceiros com transmissão de sinais, decorre da incorporação de novas tecnologias, aumento da capacidade de produção, entre outros.



O item locação de satélite sofreu forte influência da variação cambial, de 2012 para 2015, que aumentou o custo dos serviços lastreados em dólar, o custo do Mhz passou de R\$ 7.351,50 para U\$ 3,400, aumento de aproximadamente 34%.

16. DESPESAS COMERCIAIS, ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	30.09.2015	30.09.2014
Despesas administrativas e gerais e honorários da administração		
. Pessoal	711	676
. Honorários da administração	486	482
. Serviços de assessoria e consultoria	211	206
. Serviços de terceiros	506	440
. Despesas gerais	177	170
. Depreciações e amortizações	96	95
. 200.00.04,000 0 00124,000		
Total das despesas administrativas e gerais e honorários da administração	2.187	2.069
Dannasa asmanisia		
Despesas comerciais	050	1 000
. Pessoal	659	1.009
. Provisão para contingências trabalhistas	303	101
. Publicidade e propaganda	76	101
. Serviços de assessoria e consultoria	216	215
. Serviços de terceiros	120	177
. Despesas gerais	21	28
. Depreciações e amortizações	3	2
. Provisão para Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	122	24
. Reversão das Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(30)	4.4
. Despesas tributárias	36_	41
Total das despesas comerciais	1.526	1.597
Outras receitas (despesas) operacionais		
. Reversão de contingências	(126)	(1.645)
. Ganhos/Perdas na alienação de imobilizado		(5)
Total das outras receitas operacionais	(126)	(1.650)

O grupo de despesas comerciais, administrativas e gerais sofreram o mesmo impacto da instabilidade econômica.

De forma geral, a Companhia mantém um rigoroso monitoramento de suas despesas e procura tomar ações imediatas para correção de distorções que se apresente.



No grupo de vendas, percebe-se uma significativa variação nas despesas com provisões para contingências trabalhistas também tiveram destaques, fruto de ações judiciais de natureza trabalhista que se referem, de maneira geral, a processos de ex-funcionários questionando o recebimento de horas extras.

17. RESULTADOS FINANCEIROS

	30.09.2015	30.09.2014
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	786	396
Juros pagos ou incorridos	374	476
Multa dedutível	305	255
Outros	167	89
	1.632	1.216
Receitas financeiras		
Variações monetárias ativas	50_	17
	50	17
Resultado Financeiro	1.582	1.199

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como conseqüência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as



vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a. Composição dos saldos

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 30 de setembro de 2015 estão identificados a seguir:

	Saldo	Valor
Descrição	Contábil	Justo
Disponibilidades	609	609
Contas a receber (1)	1.351	1.351
Impostos a recuperar	727	727
Fornecedores	(1.241)	(1.241)
Empréstimos e financiamentos (2)	(6.199)	(6.199)
Impostos a recolher	(4.768)	(4.768)

- (1) A composição dos valores para análise dos vencimentos do Ativo Financeiro Contas a receber ao final do período está demonstrada na nota 4.
- (2) A composição dos valores para análise dos vencimentos do Passivo Financeiro Empréstimos e financiamentos ao final do período está demonstrada na nota 8.

b. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos

Disponibilidades

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.

Contas a receber

Os montantes divulgados no balanço patrimonial para contas a receber, aproximam-se de seus valores justos, considerando as provisões constituídas e a ausência de atualizações monetárias sobre a parcela vencida das contas a receber.



Impostos a recuperar e a recolher

Apresentados ao valor contábil uma vez que não há parâmetros para apuração de seu valor justo.

Empréstimos e financiamentos

Os valores justos para os empréstimos e financiamentos idênticos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

Obrigações por conversão de debêntures

Estão apresentados ao valor contábil, uma vez que não existem instrumentos similares no mercado.

Derivativos

Durante este exercício a Companhia não realizou operações com derivativos.

Limitações

Os valores justos foram estimados na data do balanço, baseados em "informações relevantes de mercado". As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas apresentadas.

c. Gerenciamento de risco

A Companhia está sujeita a riscos de mercado no curso normal de suas atividades. Tais riscos estão relacionados principalmente às alterações adversas em taxas de juros e câmbio, às atividades e à regulamentação do setor em que atuam, bem como às licenças necessárias para o desenvolvimento das atividades.

i. Risco de Crédito

Risco de Créditos é o risco do prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia.

O aumento dos níveis de inadimplência no pagamento por parte dos clientes da Companhia pode comprometer o seu fluxo de caixa e sua capacidade de cumprir com as suas obrigações.

Mensalmente é realizada uma constituição de provisão para perdas em créditos duvidosos.



Apesar da representatividade da provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre a carteira de clientes, a Companhia apresentou uma estabilidade se comparado com o exercício de 2014.

ii. Risco de Liquidez

Considerando o perfil de endividamento da Companhia, o seu fluxo de caixa e a sua posição de liquidez, a Companhia acredita que tem liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possa garantir que tal situação permanecerá igual. Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos e aquisições, a Companhia tem capacidade para contratá-los.

iii. Risco de Taxas de Juros

O Banco Central do Brasil estabelece a meta da taxa básica de juros para o sistema financeiro brasileiro tomando por referência, dentre outros, o nível de crescimento econômico da economia brasileira, o nível de inflação e outros indicadores econômicos. O endividamento da Companhia está sujeito à flutuação das taxas de juros. No caso de as taxas de juros subirem, os custos relativos ao endividamento da Companhia também crescerão. Para reduzir a exposição, monitoramos constantemente às condições e oscilações econômicas gerais das taxas de juros e o vencimento de títulos de mercado em condições normais e adversas.

Por considerar que tais riscos não tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia, não houve a necessidade de demonstração de seus impactos no resultado e patrimônio líquido.

19. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado cobertura compatível com seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Os montantes das coberturas contratadas, em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, correspondem a:



Descrição	Tipo de seguro	30.09.2015	31.12.2014
Estações transmissoras e receptoras	Incêndio, raio, explosão, vendaval, danos elétricos, roubos e equipamentos eletrônicos	19.280	18.880
Veículos	Danos materiais e corporais a terceiros	270	270

20. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui alguns processos nas áreas trabalhistas e previdenciárias, responsabilidade civil, sendo que a maioria destes processos originou-se do curso regular dos negócios da Companhia. Os processos apresentados neste item foram selecionados considerando, principalmente, sua capacidade de representar impacto significativo no patrimônio da Companhia, na capacidade financeira ou nos negócios.

Para identificar o grau deste impacto, a Companhia possui três categorias de risco de perda: Perda provável (que requerem provisionamento de recursos); Perda possível (que não requerem provisionamento de recursos); Perda remota (que não requerem provisionamento de recursos), esta avaliação de risco é realizada por advogados externos. Com base no histórico a administração acredita que os valores atualmente provisionados são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes dos processos dos quais é parte.

As provisões constituídas e apresentadas nas informações trimestrais com referência a tais processos refletem razoavelmente as perdas estimáveis e prováveis apuradas pela administração da Companhia com base no parecer da área jurídica.

Os valores provisionados são suficientes para cobertura dos riscos apontados, sendo os mesmos atualizados com base nos relatórios apresentados pelos consultores jurídicos em 30 de setembro de 2015 e de 31 de dezembro 2014, estão identificados a seguir:



	30.09.2015	31.12.2014
Ações Trabalhistas	532	532
Causas Cíveis	123	123
	655	655
Total de provisão para contingências	(303)	(51)
	352	604

O cálculo dos valores a serem provisionados reflete a melhor expectativa de perda de ações judiciais e administrativas, repassado conjuntamente com os advogados externos, responsáveis pela condução dos processos. Somente encontram-se provisionadas valores relativos aos processos cujo prognóstico apurado com os advogados externos é provável.

21. DEMONSTRAÇÃO DO EBITDA/LAJIDA - INFORMAÇÃO ADICIONAL

	30.09.2015	30.09.2014
Prejuízo líquido do período	(2.301)	(398)
(+) Depreciação/amortização	1.199	1.028
(+) Resultado financeiro líquido	1.582	1.199
LAJIDA (EBITDA)*	480	1.829

^{*} LAJIDA - Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização

Como já explicitado acima, a Companhia entende que a performance não foi melhor em razão de fatores externos aos esforços dela, mas mantém elevada a perspectiva de alavancagem do negócio. De outro lado, sentiu o impacto da instabilidade econômica nos seus níveis de custos e despesas.

A redução do volume de Ebitda está dentro das expectativas da Companhia, haja vista em tal período está pautada uma série de investimentos operacionais relacionados à melhoria do portfólio de produtos e maior eficiência operacional.

^{*} EBITDA - Earning before interest, taxes, depreciation and amortization



22. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS EMPREGADOS

A remuneração da Administração foi fixada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária - AGO, de acordo com a legislação societária brasileira e o estatuto social da Companhia. Desta forma, foi proposto na AGO realizada em 30 de abril de 2015 o montante global da remuneração anual da Administração, fixada em até R\$ 1.200.000 mil para o exercício de 2015.

Os membros da Diretoria Estatutária da Companhia recebem honorários de acordo com suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

A remuneração dos diretores estatutários é composta por uma remuneração fixa, que reflete a responsabilidade do cargo ocupado e uma remuneração variável, atrelada às metas estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Os componentes da remuneração dos membros da diretoria da Companhia e a proporção de cada elemento na remuneração total estão descritos a seguir:

Pró-labore: remuneração nominal, parte fixa da remuneração, tem o objetivo de atrair e reter profissionais qualificados e diferenciados no mercado. Constantemente a Companhia realiza pesquisa para averiguar a compatibilidade dos seus padrões de remuneração com as práticas de mercado;

Gratificação: é diretamente relacionado ao resultado anual obtido pela Companhia e aos resultados individuais obtidos nas metas específicas definidas para cada diretor estatutário, dentro do montante global fixado anualmente pela Assembleia, como objetivo recompensar o resultado do ano quando as metas estipuladas para o período são alcançadas, esta política tem o objetivo de alinhar os interesses dos executivos e da Companhia; e

Benefícios: Os Diretores também fazem jus aos benefícios oferecidos pela Companhia a todos os seus demais integrantes, como assistência médica, odontológica e alimentação. Tais benefícios complementam o pacote de remuneração dos mesmos, compondo a remuneração total recebida.

Políticas de remunerações dos empregados e administradores da Companhia:

a) Política salarial e remuneração variável

A política salarial da DTCOM utiliza como parâmetro o valor referência de mercado, como também o desempenho econômico-financeiro. A evolução dos salários será prevista no orçamento, da mesma forma que todas as despesas, receitas e investimentos planejados pela Companhia. Como todos os itens do orçamento, a evolução dos salários será acompanhada



regularmente pelos sistemas de informações gerenciais além do reajuste anual previsto em Convenção Coletiva do Sindicato da categoria.

A remuneração variável é utilizada somente para a área comercial, sendo pago salário fixo mais comissões.

b) Política de Benefícios

O fornecimento de benefícios é apontado como um dos fatores que atrai e retém talentos nas organizações. Compõe-se de ações voltadas para satisfazer as necessidades dos colaboradores e envolvem aspectos sociais, culturais, de autoestima e auto realização.

Atualmente a Companhia concede sem descontos em folha para todos os seus colaboradores independentemente de cargo ou tempo de serviço os benefícios: Assistência médica, Assistência Odontológica, Seguro de Vida, Auxilio Creche. Quanto ao Vale Refeição é descontado apenas um valor simbólico e Vale Transporte ou Combustível 6% conforme previsão legal.

* * *